

Mulheres Frente à Crise Climática: A Marcha Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia¹

Candy Maria Cecília Gomes FERRAZ²

Thaynnara Kirlianne Augusto ALVES³

Sandra Raquew dos Santos AZEVEDO⁴

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

A pesquisa objetiva melhor compreender a ecocrítica feminista construída pela Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia no enfrentamento à crise climática. A Marcha é realizada há 15 anos e desde 2022 vem denunciando problemas na implementação dos parques eólicos pelas empresas offshore no semiárido brasileiro. Analisamos na agenda midiática dos jornais Folha de São Paulo, Brasil de Fato e WSCom a construção da noticiabilidade sobre o processo de transição energética, com o especial atenção ao enquadramento que a Marcha pela Vida das Mulheres e Agroecologia vem imprimindo na agenda pública e midiática sobre gênero, transição energética e justiça climática.

PALAVRAS-CHAVE: justiça climática; ecofeminismo; jornalismo; transição energética; gênero

INTRODUÇÃO

As mulheres do Sul Global há décadas enfrentam os impactos da crise climática, como secas, escassez de água e alimentos, migrações e desastres ambientais. No século XXI, suas ações de comunicação e mobilização ganharam maior visibilidade, impulsionadas por coletivos ecofeministas e agroecológicos que atuam em fóruns globais e plataformas digitais. No entanto, ao observar a dinâmica do agenda-setting (McCombs, 2009) percebe-se que ainda há uma carência no tocante à visibilidade sobre a realidade das mulheres, sua representação política no

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GTNE06 - Comunicação e Semiárido, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 24 a 26 de junho de 2025.

² Estudante de Graduação 4º. semestre do curso de Jornalismo da UFPB, email: candy.ferraz@academico.ufpb.br

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do curso de Jornalismo da UFPB, email: thaynnara.kirlianne@academico.ufpb.br

⁴ Orientadora do trabalho. Professora Doutora do Curso de Jornalismo da UFPB, email: sandra.azevedo@academico.ufpb.br

debate sobre mudanças climáticas e alternativas que propõem. O que limita o reconhecimento de suas contribuições e reivindicações no debate público sobre a crise ambiental e as transformações do clima. Nossa investigação social é um estudo socioantropológico sobre o protagonismo das mulheres do Polo Sindical da Borborema, com destaque na experiência da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, atividade que acontece há 15 anos, e que desde 2022 coloca em evidência a pauta da justiça climática, tendo em vista a implementação de grandes parques de energia eólica no semiárido brasileiro.

É uma pesquisa em curso, mas trazemos aqui neste texto resultados parciais, considerando a construção de uma ecocrítica feminista que fez frente ao discurso patriarcal e às falsas soluções em relação às mudanças climáticas trazidas pela agenda neoliberal.

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia reúne no mês de março aproximadamente cinco mil mulheres, que a cada ano tem marchado em diferentes municípios da microrregião do Agreste da Borborema (Paraíba) visibilizando tópicos que geralmente a cobertura midiática não tem dado a devida relevância. A mídia reproduz assim assimetrias de gênero na representatividade das mulheres na mídia, uma vez que pouco aparecem como fontes no debate público sobre transição energética, meio ambiente e clima. E quando aparecem, é comum em algumas matérias jornalísticas o enquadramento a partir de um olhar essencialista sobre a relação mulher-natureza-cuidado.

Historicamente, a práxis ecofeminista construída por mulheres em diferentes países, antes mesmo da Rio-92, denuncia o modelo econômico exploratório dos recursos naturais, e reforça a urgência de maior representatividade feminina em espaços de decisão global, como evidenciado também na COP 28. Mais do que resistir a um modelo patriarcal predatório, elas propõem alternativas concretas e inovadoras que confrontam a visão androcêntrica dominante sobre desenvolvimento social, meio ambiente e transição energética.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa é estruturada a partir da análise da cobertura midiática (Lippman, 2008, McCombs, 2009; Traquina, 1999) identificando a presença das mulheres enquanto fontes e o enquadramento que imprimem ao debate sobre transição energética, enquanto vozes decoloniais do Sul Global. Nosso corpus se organiza a partir do levantamento em três portais de notícias: Folha de São Paulo, Brasil de Fato e WSCom, a partir de matérias veiculadas no mês de março, entre os anos de 2020-2024, que se apresentam, do ponto de vista de uma Análise de Conteúdo (Manhães, 2006), como unidades de registros sobre o tema da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

Levantamos ainda outras unidades de registro, a partir de palavras-chave relevantes para a busca, como “marcha pela vida das mulheres”, “mulheres”, “clima”, “Paraíba”, “meio ambiente”, “semiárido”, “Polo da Borborema”, “agricultora” e “agroecologia”. A segunda etapa está em curso, com a realização de entrevistas em profundidade com mulheres que atuam organizando e participando da Marcha pela Vida das Mulheres de diferentes gerações, atuantes nos territórios do Sul Global. A escuta atenta dessas experiências nos permite acessar um tecido social de resistências e representações construído a partir da prática ecofeminista, que questiona a perspectiva androcêntrica ainda predominante. Consideramos como fonte relevante documentos produzidos por esses coletivos — como cartas políticas e dossiês — que expressam uma ecocrítica feminista às soluções neoliberais para a crise climática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É urgente melhor compreender este processo de construção social de uma agenda pública e midiática (ARUGUETE, 2016) a partir da ecocrítica feminista (PULEO, 2020) que é interseccional, e que contextualiza o empobrecimento das mulheres e suas estratégias de luta por água potável, por energia renovável, por produção de alimentos, por segurança alimentar e nutricional, e pelo direito a habitar seus territórios sem poluição. E, com isso, compreendermos melhor suas estratégias e propostas, em contraponto à perspectiva androcêntrica de modelo energético, e a dimensão histórico-cultural e ancestral dos saberes femininos relacionados ao cuidado com a Terra e os animais e o cuidado consigo mesmas.

A análise da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia requer uma abordagem interseccional mais profunda, que considere o entrecruzamento entre gênero, raça, território e classe social. As mulheres que protagonizam essa marcha são majoritariamente agricultoras negras e nordestinas, pertencentes a comunidades que historicamente enfrentam desigualdades estruturais de acesso à terra, à água, à moradia, à saúde e à representação política. A crise climática, quando atravessa esses corpos e territórios, revela-se não apenas como um fenômeno ambiental, mas como um agravamento das injustiças sociais preexistentes.

Ao tensionar o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), é possível perceber que as mulheres da Marcha lutam apenas por um meio ambiente equilibrado, e pela reconstrução de uma existência digna em territórios cada vez mais pressionados por interesses econômicos neoliberais e neocoloniais — como os projetos de parques eólicos que chegam sem diálogo e com baixa transparência social.

As cartas políticas produzidas pelas mulheres do Polo da Borborema reforçam que a instalação dos empreendimentos de energia renovável tem causado consequências diretas na vida cotidiana das comunidades. Esses impactos incluem: a restrição de acesso a áreas comuns de uso coletivo; o aumento do trabalho doméstico não remunerado; a maior escassez hídrica; e a intensificação da violência de gênero nos territórios. Esses elementos permitem compreender que, mesmo travestidas de “energia limpa”, essas tecnologias reproduzem a lógica extrativista e patriarcal do desenvolvimento, como alertam também autoras como Rosemary Radford Ruether (2000) e Alicia Puleo (2020).

Essas mulheres não apenas “estão na base”, mas produzem teoria, crítica e alternativa — embora raramente sejam reconhecidas como tal pela mídia tradicional. A partir da leitura do material jornalístico analisado, é possível observar que, quando aparecem nas matérias, as mulheres são muitas vezes retratadas a partir de estereótipos de cuidado, passividade ou maternidade. São raras as matérias que as colocam como sujeitas políticas ativas na formulação de propostas para a transição energética e para a justiça ambiental.

Por fim, reforça-se que a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia opera como um espaço de resistência e de formação política intergeracional, onde saberes femininos circulam entre mulheres mais velhas e jovens militantes. Essa característica pedagógica e comunitária da Marcha a transforma em um potente instrumento de mobilização e construção de alternativas. Além disso, ela conecta o local ao global — pois, embora enraizada no Agreste da Borborema, sua crítica ecofeminista dialoga com movimentos e redes do Sul Global, como o Via Campesina, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e os Fóruns de Justiça Climática.

CONTRIBUIÇÕES

As análises preliminares apontam que a atuação das mulheres do Polo Sindical da Borborema vai além da luta local, uma vez que articula a mobilização e resistência de outras mulheres em diferentes territórios no bioma da Caatinga a projetos centralizados de exploração de energia eólica, sem uma ampla participação da sociedade, em especial das populações que vivem e trabalham onde os parques são implantados. O protagonismo da Marcha se expressa ainda na forte representação política das mulheres que atuam como lideranças sindicais no Polo Sindical da Borborema. Que se amplia também a outros territórios onde vivem mulheres pescadoras, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, consolidando assim um horizonte interseccional, de amplitude nacional e o Sul global.

A partir da ação coletiva, as mulheres não apenas denunciam os impactos ambientais nos seus territórios, mas propõem soluções baseadas em práticas agroecológicas e saberes ancestrais, tensionando as narrativas hegemônicas sobre meio ambiente e sustentabilidade que exclui as mulheres nos processos decisórios.

Apesar dessa força mobilizadora, a análise parcial do agendamento midiático do período estudado revelou um grande déficit no que diz respeito à presença dessas lutas na agenda-setting da mídia nacional. Por exemplo, na Folha de São Paulo, encontramos apenas quatro citações sobre a Paraíba no período entre 2020 e 2024, e nenhuma menção direta à Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

Já em veículos de comunicação como o portal de notícias WSCom, podemos observar uma espiral do silêncio, onde predomina o discurso das empresas offshore, e exclusão de outras vozes. Essa ausência evidencia como a cobertura jornalística de grandes veículos ainda privilegia discursos centralizados no eixo Sul-Sudeste e reproduz uma visão conservadora sobre a atuação política das mulheres do Semiárido, subestimando suas contribuições no enfrentamento à crise climática.

Em contraste, o Brasil de Fato mostrou um importante contraponto, ao possuir editoriais regionais que valorizam narrativas fora do eixo hegemônico. O portal trouxe matérias jornalísticas que destacavam o papel das mulheres na luta pela agroecologia, pela preservação do solo, pela segurança hídrica e pela construção de alternativas sustentáveis no Semiárido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que há um caminho a percorrer, tendo em vista que a análise ainda está em andamento. Todavia, constatamos a participação ativa das mulheres da Marcha na construção da agenda pública e midiática, tornando assim visíveis os desafios enfrentados e suas propostas de enfrentamento à crise climática.

A pesquisa, ainda em andamento, já permite identificar importantes resultados preliminares que evidenciam tanto a força política das mulheres do Polo da Borborema, quanto as limitações do jornalismo tradicional na cobertura dessas lutas. A Folha de São Paulo, por exemplo, em quatro anos de cobertura (2020-2024), apresentou pouquíssimas referências ao estado da Paraíba e nenhuma menção direta à Marcha. Esse silenciamento é sintomático de uma estrutura midiática que prioriza o eixo Sul-Sudeste, marginalizando o protagonismo das mulheres do Semiárido nordestino no debate sobre transição energética e justiça climática.

Por outro lado, o Brasil de Fato desponta como um contraponto importante, ao dar espaço para narrativas descentralizadas e destacar o papel das mulheres na agroecologia, na segurança hídrica e na produção de alternativas sustentáveis. Já o WSCom, veículo regional, reproduz predominantemente o discurso empresarial, com baixa escuta das comunidades impactadas, o que contribui para uma espiral do silêncio em torno das vozes femininas e populares.

As mulheres da Marcha produzem saberes, diagnósticos e soluções para a crise climática a partir de seus territórios, mas esses conhecimentos são frequentemente invisibilizados ou enquadrados por estereótipos essencialistas — como o da mulher “naturalmente cuidadora” ou “passiva”. Isso reforça uma estrutura de poder que exclui essas mulheres dos espaços decisórios e também dos espaços simbólicos da visibilidade midiática.

REFERÊNCIAS

- ARUGUETE, Natalia. El poder de la agenda: política, medios y público. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2016.
- AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. Comunicação no Semiárido. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. (original de 2002)
- LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução Jaques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MANHÃES, Eduardo. “Análise de Conteúdo”. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PULEO, Alicia H. **Claves Ecofeministas: para rebeldes que aman la Tierra y a los animales**. Madrid: Plaza y Valdez Editores, 2019.
- RUETHER, Rosemary Radford (Org.). **Mulheres Curando a Terra: mulheres do terceiro mundo na ecologia, no feminismo e na religião**. São Paulo: Paulinas, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ªed. Lisboa: Veja Editora, 1999.